

precisamos retomar os valores familiares, os valores morais, os valores educacionais. Não podemos mais aceitar que as nossas crianças fiquem sendo corrompidas em sua infância, com ideologia de gênero e outras canalhices que fazem aí.

Eu vejo na internet, deputado Frederico, todo mundo reclamar. Todo dia é isso. Todo dia. Mas quando chega a época de campanha, as pessoas não vão votar. Chega o dia da votação e as pessoas não se apresentam.

Então, gente, isso é um alerta para que todos se apercebam que essa responsabilidade é de todos nós. Não é só do governador, do presidente, do deputado, do senador. É uma responsabilidade que é partilhada por todos os cidadãos. O voto do cidadão é de suma importância.

E o pior: eu mesmo sofro muito com isso na Polícia Militar. Você vê um monte de canalha te apontando o dedo durante quatro anos, te xingando e falando absurdos, e o cara não apresenta nada, não faz nada.

Durante 30 anos de polícia, o cara nunca fez nada, nem prender ladrão o cara prendeu, não tem uma prisão, não tem um flagrante, nunca fez nada e, de repente, o cara se apresenta como representante da tropa, como representante da Polícia Militar, apontando o dedo para mim e para os outros deputados que são policiais, e você sabe que o cara vai fazer o quê? O cara vai sair candidato.

Ou seja, é um canalha que nunca fez nada e fica xingando os outros, apontando o dedo para os outros, inventando factóides, inventando mentiras para se autopromover em cima daquelas mentiras. Infelizmente isso é uma realidade muito grande no serviço público, mas a gente sabe que em toda política acontece isso.

Então, temos que combater isso, temos que tomar providências para que essas coisas mudem. Nós precisamos mudar o nosso País. É de uma importância a participação de todos, sem exceção, porque só com essa participação, só com essa obrigação de fazer essa mudança é que nós mudaremos o País.

Nos ajudem nisso. Temos muito trabalho. A gente tem trabalho muito aqui, diariamente, mas, se não houver o apoio seu, que está aí do outro lado nos assistindo, não chegaremos a lugar nenhum.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - FREDERICO D’AVILA - PL - Obrigado, Coronel Telhada. Vou solicitar que o senhor reassuma a Presidência para eu fazer uso da palavra e dizer também, complementando o que o senhor disse agora, que tivemos um episódio aqui em um país vizinho nosso, agora na eleição da semana retrasada, onde quem ganhou as eleições, na verdade, não foi o candidato “A” nem “B”, foi a abstenção. Vejam só que coisa terrível aconteceu na Colômbia, onde a abstenção teve mais votos que os dois candidatos.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - É isso mesmo, deputado Frederico. Na Colômbia, o que ganhou teve quase 11 milhões, o segundo colocado quase 10 milhões e a abstenção, 16 milhões. A grande vencedora da campanha na Colômbia foi a abstenção.

Convido para fazer uso da tribuna o deputado Frederico d’Avila. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. FREDERICO D’AVILA - PL - Sr. Presidente, como eu vinha dizendo na minha outra fala, eu tive a oportunidade de, nesta última sexta-feira, gravar o programa com o Sr. Silvio Santos, onde o agraciei com a Medalha do Mérito Legislativo da Assembleia.

Essa homenagem foi feita no seu sagrado local de trabalho, que é o auditório. Fiz lá a gravação na sexta-feira e foi ao ar no domingo. É impressionante a capilaridade do programa. Eu recebi mais mensagens do que quando ganhei a disputa eleitoral.

É impressionante a capilaridade de todos os lugares do Brasil que o programa entra e como o Sr. Silvio Santos é querido. E eu sei que o senhor também tinha grande amizade com o Augusto Liberato, que também fez a carreira no SBT.

\* \* \*

- É exibido o vídeo.

\* \* \*

O sr. Silvio Santos sempre muito simpático. Eu tenho o privilégio de conhecê-lo desde criança. Estudei com as meninas, sou amigo delas até hoje. Tenho uma relação muito boa com a família e foi para mim uma surpresa ele não ter sido agraciado ainda com essa condecoração, uma vez que ele tem lá uma série de condecorações de várias casas legislativas, do governo federal etc.

E eu fiquei muito honrado em poder homenagear o Sr. Silvio Santos com a Medalha do Mérito Legislativo, representando todo o povo de São Paulo. Afinal de contas, ele é do Rio de Janeiro, veio para cá muito novo e aqui se estabeleceu, fez a sua história empresarial e fundou o Grupo Silvio Santos, que hoje é uma referência nacional.

Então eu queria aqui em nome da Assembleia, Coronel Telhada, agradecer primeiro à Mesa Diretora, que concedeu a medalha após a minha propositura e dizer que para mim foi uma honra muito grande poder condecorar alguém que tanta alegria traz para a população brasileira, paulista, aos domingos, nos seus programas.

Quantas pessoas tiveram sonhos realizados através dos seus jogos, dos seus carneiros do Baú, dos seus prêmios. Enfim, é uma pessoa que a gente tem as melhores referências possíveis. É conhecido como o melhor patrão do Brasil, tanto que as pessoas que lá trabalham no SBT têm 20, 30, 35, 40, 50 anos de casa.

Tem gente que está lá com ele desde o tempo da rádio ainda ou da extinta TV Tupi. Então a gente vê o carinho com que os funcionários enxergam o Sr. Silvio Santos e todos aqueles que estão com ele no seu time. Para você ter uma ideia, a Maisa, que nos recebeu lá, está com ele desde 1.981.

Entrou na extinta TVS, começou como operadora de telex e hoje é a principal assistente dele lá no SBT. Então, Sr. Presidente, queria agradecer aqui a Assembleia mais uma vez, e dizer que foi uma honra muito grande.

Espero que ele continue levando muita alegria para a população, uma vez que em dezembro agora ele vai fazer 92 anos de idade e está com o mesmo ânimo agora que voltou a gravar. Começa às dez e meia da manhã, termina às cinco da tarde.

Por vezes vai dirigindo o carro, às vezes vai com motorista, mas dirigiu sozinho até pouco tempo atrás. E é impressionante a vivacidade que ele tem quando está no palco, no teatro do SBT fazendo o seu programa. Então parabéns ao Silvio Santos e obrigado à Assembleia por autorizar, por conceder essa honraria proposta por mim.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado. Parabéns pela indicação muito bem indicada, porque o Silvio Santos talvez seja a pessoa mais querida do Brasil. Então realmente foi uma bela indicação que o senhor fez. Parabéns.

O SR. FREDERICO D’AVILA - PL - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, solicito o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - É regimental. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos. Muito obrigado a todos.

Está levantada a sessão.

\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 35 minutos.

\* \* \*

## 28 DE JUNHO DE 2022

27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
<p>Presidência: CARLÃO PIGNATARI, ITAMAR BORGES, ANDRÉ DO PRADO e CARLA MORANDO</p> <p>Secretaria: DELEGADO OLIM, SARGENTO NERI, CARLOS CEZAR, DOUGLAS GARCIA, ALTAIR MORAES, CARLA MORANDO, VINÍCIUS CAMARINHA, LÉO OLIVEIRA, TENENTE NASCIMENTO, RICARDO MADALENA e MARIA LÚCIA AMARY</p>

RESUMO
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI</p> <p>Abre a sessão.</p> <p>2 - MÁRCIA LULA LIA</p> <p>Solicita verificação de presença.</p> <p>3 - CARLÃO PIGNATARI</p> <p>Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum. Coloca em discussão o PL 277/22.</p> <p>4 - MÁRCIA LULA LIA</p> <p>Discute o PL 277/22.</p> <p>5 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI</p> <p>Solicita à plateia o comportamento regimental.</p> <p>6 - EDNA MACEDO</p> <p>Para comunicação, faz pronunciamento.</p> <p>7 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI</p> <p>Endossa o pronunciamento da deputada Edna Macedo.</p> <p>8 - DR. JORGE LULA DO CARMO</p> <p>Discute o PL 277/22.</p> <p>9 - PAULO LULA FIORILO</p> <p>Discute o PL 277/22.</p> <p>10 - ITAMAR BORGES</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>11 - MÁRCIA LULA LIA</p> <p>Solicita verificação de presença.</p> <p>12 - PRESIDENTE ITAMAR BORGES</p> <p>Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.</p> <p>13 - CARLOS CEZAR</p> <p>Para comunicação, faz pronunciamento.</p> <p>14 - PRESIDENTE ITAMAR BORGES</p> <p>Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Cezar.</p> <p>15 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>16 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Discute o PL 277/22.</p> <p>17 - ANDRÉ DO PRADO</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>18 - MÁRCIA LULA LIA</p> <p>Solicita verificação de presença.</p> <p>19 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO</p> <p>Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.</p> <p>20 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>21 - MÁRCIA LULA LIA</p> <p>Solicita verificação de presença.</p> <p>22 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI</p> <p>Indefere o pedido, ante a constatação visual de quórum.</p> <p>23 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA</p> <p>Solicita verificação de presença.</p> <p>24 - CARLÃO PIGNATARI</p> <p>Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.</p> <p>25 - JOSÉ AMÉRICO LULA</p> <p>Discute o PL 277/22.</p> <p>26 - ANDRÉ DO PRADO</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>27 - MÁRCIA LULA LIA</p> <p>Solicita verificação de presença.</p> <p>28 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO</p> <p>Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.</p> <p>29 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI</p> <p>Assume a Presidência. Anuncia a visita de ex-prefeito de Tanabi.</p> <p>30 - PROFESSORA BEBEL</p> <p>Discute o PL 277/22.</p> <p>31 - DR. JORGE LULA DO CARMO</p> <p>Solicita verificação de presença.</p> <p>32 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI</p> <p>Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum. Convoca sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão. Tece esclarecimentos sobre a Ordem do Dia da referida sessão extraordinária.</p> <p>33 - ENIO LULA TATTO</p> <p>Para questão de ordem, faz pronunciamento.</p> <p>34 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI</p> <p>Dá resposta negativa à questão de ordem.</p> <p>35 - CARLA MORANDO</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>36 - MÁRCIA LULA LIA</p> <p>Solicita verificação de presença.</p> <p>37 - PRESIDENTE CARLA MORANDO</p> <p>Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.</p> <p>38 - GILMACI SANTOS</p> <p>Para comunicação, faz pronunciamento.</p> <p>39 - PRESIDENTE CARLA MORANDO</p> <p>Encerra a sessão.</p> <p>* * *</p> <p>- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.</p> <p>* * *</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.</p> <p>Ordem do Dia.</p> <p>* * *</p> <p>- Passa-se à</p>
ORDEM DO DIA
<p>* * *</p> <p>A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputada.</p> <p>A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Para pedir uma verificação de presença.</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É regimental. Gostaria de pedir para o deputado Delegado Olim e para o deputado Sargento Neri, dois policiais, para ficar bem correta a anotação aqui. Um policial militar e um policial civil.</p> <p>* * *</p> <p>- Verificação de presença.</p> <p>* * *</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deu quórum. Constatado o quórum regimental, discussão e vota-</p>

ção adiada do Projeto de lei no 277, de 2022, de autoria dos deputados Vinícius Camarinha, Carla Morando, Mauro Bragato, Itamar Borges, Sebastião Santos, Reinaldo Alguiz, Fernando Cury e Campos Machado.

Para discutir contra, a deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Muito boa tarde a todos os que se encontram aqui neste plenário. Muito boa tarde aos deputados e deputadas. Muito boa tarde às pessoas que nos assistem pela TV AleSp. Eu quero conversar com vocês, hoje, sobre o que está acontecendo aqui na Casa Legislativa, na Casa do Povo.

Hoje nós estamos fazendo a reforma agrária para os ricos. A reforma agrária que está contida nesse Projeto de lei no 277 é a reforma agrária para os milionários, para os grileiros de terras devolutas. E nós vamos obstruir e votar contra esse projeto porque nós entendemos que esse projeto é extremamente danoso para o estado de São Paulo.

Eu quero começar minha fala questionando uma fala do Sr. Governador Rodrigo Garcia, que é a seguinte... Pergunto a vocês: a reforma agrária acabou? Diante de projetos como esse 277, a gente pergunta por que esses deputados que colocaram o 277 têm insistido em regularizar as terras devolutas do estado de São Paulo para grileiros.

São terras boas para produção de alimentos e que poderiam servir à instalação de novos assentamentos rurais, já que nós temos milhares de pessoas querendo produzir, pessoas que estão à beira das estradas, pessoas que precisam de terra para dar dignidade à sua família.

No Brasil, hoje, temos 90 mil famílias vivendo em lonas e aguardando novos assentamentos rurais. E neste exato momento, estamos debatendo aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo mais um projeto de lei que beneficia os grileiros do estado de São Paulo. Recordo que conseguimos retirar a proposta enxertada no PL 410, de 2021, que previa exatamente a mesma coisa, ou seja, beneficiar os grileiros.

Então, qual é a urgência e a necessidade de se regularizar a situação dos grileiros? - perguntamos. Talvez não sejam uma coincidência esses constantes ataques à reforma agrária.

Recentemente, em visita ao Pontal do Paranapanema, o governador Rodrigo Garcia disse, literalmente: “gente, eu vou dizer para vocês no que eu acredito, mas não é uma opinião solta, é algo com base em dados: a reforma agrária não deu certo no Brasil, não deu certo aqui no estado de São Paulo e não deu certo no Pontal. E, se depender de mim, acabou”. Palavras do governador Rodrigo Garcia.

Se depender dele, a reforma agrária acabou. Uma fala dessas explica muitos dos projetos que chegam à Assembleia Legislativa, feito lobos em pele de cordeiro. O PSDB, a partir do governo João Doria, trabalha para acabar com a reforma agrária.

Por quê? Porque acredita apenas no agronegócio das grandes extensões de terras para produzir commodities, pouco se incomodando com a produção dos alimentos que vão à mesa do nosso povo e matam a fome do povo paulista.

Não fosse isso, o ITESP não viveria sob ataque, ataques constantes do Governo do Estado de São Paulo, para extingui-lo, ou para enfraquecê-lo, retirando o orçamento do Itesp.

Também não estariam em vias de acabar com as Casas de Agricultura, não teriam muitas sido fechadas. A assistência técnica aos pequenos produtores também não teria acabado, como acabou. Os assentamentos não estariam entregues à própria sorte.

Fala como essa do Sr. Governador, que teve a coragem de mandar a real, explica tudo. Para o PSDB, a reforma agrária não dá certo, mas para os ricos dá. Para os ricos dá, ponto.

Garcia finalmente foi didático sobre o que o partido dele pensa e como age. Fala como essa do governador... Eu me lembro, inclusive, de números sobre a reforma agrária no Brasil. São dados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, o maior movimento de organização dos trabalhadores do campo.

São 450 mil famílias assentadas no Brasil, fortalecendo a agricultura familiar. São 1.900 associações comunitárias. São 160 cooperativas. São 120 agroindústrias que produzem alimentos para o campo e para a cidade.

A agricultura familiar que se pratica nos assentamentos rurais responde hoje por 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa. Repito, 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa advêm da agricultura familiar. (Manifestação nas galerias.)

É impossível afirmar que a reforma agrária não deu certo no Brasil. A reforma agrária deu certo, e nesta semana nós inauguramos um laticínio na cidade de Andradina, onde mais de mil famílias vão poder entregar a sua produção de leite naquela região tão rica e tão pobre ao mesmo tempo do estado de São Paulo.

Impossível afirmar que não deu certo, e, apesar dos governos tucanos em São Paulo, os assentamentos resistem, e seguem ajudando a alimentar a nossa população.

Quero dizer para vocês, companheiros e companheiras, que esse projeto de lei, PL 277, é inconstitucional, deputada Edna. Ele é inconstitucional. Há uma inversão de papéis aqui quando, na verdade, o Executivo...

E ele deveria ter tido a coragem de pedir, mas ele não acredita nem na reforma agrária dos ricos. Nós estamos diante de um projeto de lei que os deputados apresentaram, extrapolando as suas competências constitucionais, extravasando, invadindo competência.

Eles estão apresentando um projeto de lei para, pasmem, criar o Programa Estadual de Regularização de Terras, que autoriza a Fazenda do Estado de São Paulo a transigir e a celebrar acordos judiciais e extrajudiciais, para fins de alienação.

Nós estamos dando um cheque em branco para o governo de São Paulo entregar aos grandes grileiros, àqueles que invadiram terras, ocuparam as terras do estado de São Paulo, grilando grandes propriedades de terra, para que essas pessoas tenham, ao custo, pasmem, de 10%, tão somente, do valor da terra nua.

Nós discordamos terminantemente que esse projeto de lei seja aprovado, e eu quero chamar atenção dos nossos deputados, porque, não tenho dúvidas, se aprovado for esse projeto nesta Casa - e aí os autores podem prestar bastante atenção - nós vamos, deputado Erio Tatto, a bancada do Partido dos Trabalhadores vai ingressar com uma ação de inconstitucionalidade, para anular essa decisão que está sendo tomada nesta Casa, no dia de hoje.

Isso, caso eles consigam aprovar, porque nós vamos resistir, nós não vamos aceitar a aprovação desse projeto de lei e nós vamos enfrentar com toda a capacidade, com toda a disposição, com toda a coragem, com toda resistência e luta desta bancada aguerrida, que é a minha bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores.

Se depender de nós, se depender da bancada do PSOL, se depender da bancada do PCdoB, esse projeto de lei não vai passar porque nós não aceitamos grilagem de terras regularizada. Os grandes latifundiários que entreguem as terras devolutas do estado de São Paulo, para que o Governo possa fazer a reforma agrária.

E aí, eu quero chamar a atenção, eu quero chamar a atenção dos companheiros e companheiras dos movimentos de trabalhadores, porque tem muito lobo em pele de cordeiro, que vai nos assentamentos, bate a mão nas costas da gente e depois vem apresentar esse tipo de projeto de lei aqui para impedir que a reforma dê dignidade para as famílias dos assentados, para as famílias dos acampados, para as famílias daqueles que precisam de um pedacinho de terra para produzir, para produzir alimentos.

Porque hoje, companheirada, 33 milhões de brasileiros passam fome. Hoje, 19 milhões de brasileiros estão desempregados. Hoje, nós temos muita gente que levanta de manhã e

não tem uma canequinha de arroz para colocar na panela, para dar alimento para os seus filhos.

E aí, as pessoas discordam daquilo que a gente acha que tem que ser. A gente acha que terra devoluta, terra do povo, tem que ser dividida para o povo produzir, para o povo trazer alimentos.

E quero dizer mais, nesse período de pandemia que nós vivemos no estado de São Paulo e no Brasil, não foram os governos que alimentaram a população carente, a população pobre, a população das favelas; foram as cooperativas de assentados, foram os trabalhadores rurais, foram aqueles que conhecem a palavra e o seu sentido. A palavra solidariedade, a palavra dividir o bem, a palavra entregar parte daquilo que você tem.

E foi nesse contexto que o MST e todos aqueles que trabalham na perspectiva de uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais humana, mais solidária. Uma sociedade onde todos tenham direito a se alimentar, todos tenham direito a uma casa, todos tenham direito à Saúde de qualidade, à educação de qualidade.

Mas o que nós estamos vendo pelo estado de São Paulo agora? O que nós estamos vendo? Nós estamos vendo o nosso povo cada dia mais pobre, nós estamos vendo o nosso povo passando necessidade. E eu estive, semana passada, em um município onde um vereador me contou que lá naquela cidade chegaram três ambulâncias.

E ele disse para mim: “Deputada, nós não temos doentes para três ambulâncias, mas eles estão entregando carros, ambulância, estão entregando um monte de máquinas, estão abrindo os cofres do Governo do Estado de São Paulo, porque há muito dinheiro lá”.

E ao invés de pegar esse dinheiro para melhorar a condição de plantio do nosso povo, de fazer com que o Feap funcione de verdade, de fazer com que a gente tenha subsídios para poder produzir alimentos, o que a gente está vendo é um monte de dinheiro sendo distribuído para campanha eleitoral.

É isso que nós estamos vendo no estado de São Paulo, e nós não podemos concordar com mais esse momento grave, esse momento onde o Pontal do Paranapanema será entregue, inteirinho, para aqueles que outrora ocuparam ilegalmente terras.

E mais, quero dizer para vocês que nós já temos várias decisões na justiça reconhecendo que alguns cartórios de registro de imóveis haviam destinado as terras para esses grileiros, e agora a justiça está voltando à 1850. E olhando que aquelas terras, que foram entregues através de escritura pública, são terras do estado, são terras da União, são terras devolutas.

E nós vamos buscar, em cada um desses terrenos, em cada uma dessas fazendas que foram entregues, nós vamos buscar a origem, nós vamos querer discutir a origem dessas terras. Quem é, de fato, que em 1850 era o proprietário dessas terras que estão sendo entregues.

E eu tenho certeza, companheiros e companheiras, que nós vamos lograr muito sucesso, porque esse projeto é inconstitucional, esse projeto invade competência, esse projeto é uma aberração do ponto de vista social, do ponto de vista da regularização fundiária, e esse projeto não haverá de ser vitorioso no dia de hoje.

Portanto, vamos à luta, resistindo e resistindo.

Reforma agrária já! (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigada, deputada Márcia Lia.

A SRA. EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr.

Presidente. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu gostaria... (Manifestação nas galerias.)

Por favor, eu gostaria de pedir silêncio no plenário. (Manifestação nas galerias.)

Por favor, por favor. (Manifestação nas galerias.)

Vocês são bem-vindos na Assembleia, eu só gostaria de pedir silêncio para a plateia, por favor. Para a gente ter respeito.

A SRA. EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr.

Presidente, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É regimental, deputada.

A SRA. EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Eu quero dar as boas-vindas à Força Jovem Universal da região de Perus, que está com uma visita monitorada aqui no plenário. Que Deus abençoe a todos vocês, muito obrigada pela visita aqui no nosso Parlamento. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigada, sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa de São Paulo.

Para falar contra, deputado Jorge do Carmo. Dr. Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público da TV AleSp, policiais aqui presentes, nossa assessoria, inicialmente eu quero saudar todo o Movimento dos Trabalhadores sem Terra que estão neste plenário, que estão na galeria, e dizer para vocês da nossa luta incansável aqui para defender a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras do Movimento Sem Terra rural.

Sr. Presidente, antes de falar do famigerado PL 277, de 2022, eu peço licença e data venia a V. Exas. para eu falar de uma outra questão que é tão nociva quanto, deputado Enio.

Veja bem, nós estamos vivenciando um momento de retirada de direitos. Um período, né? Não um momento, um período de retirada de direitos. Então, cada projeto que é discutido, seja no Congresso Nacional, seja na Assembleia Legislativa ou em diversas câmaras municipais do estado de São Paulo e do Brasil, a gente vê a atrocidade que esses governos, governos que não têm nenhum compromisso com a sociedade, que não têm nenhum compromisso com o social, fazem.

Vejam bem, tem uma lei federal, a Lei 8.009, de 29 de março de 1990. Essa lei é a chamada lei do direito, aquela garantia do imóvel de família. Uma família tem um imóvel e esse imóvel é impenhorável nos termos da Lei 8.009, de 29 de março de 1990. Isso é uma garantia, deputadas e deputados, uma garantia que foi concedida para aquela família que, a duras penas, com muita dificuldade, consegue o seu imóvel, que é denominado bem de família.

Pois bem, olha só o que o Congresso Nacional aprovou recentemente. O PL 4.188, de 2021, aprovou recentemente que... A lei diz, a Lei 8.009 diz: “A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo motivo de:

V - para execução de hipoteca sobre imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.”

Ou seja, essa é uma garantia de família que está desde 1990 assegurada à nossa sociedade.

O PL 4.188 diz: “A Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações. Art. 3º. Para execução do imóvel oferecido em garantia real, independentemente da obrigação garantida ou da destinação dos recursos obtidos, mesmo quando a dívida for de terceiro”. Isto é, nada mais, nada menos do que a retirada da garantia do bem de família.

Esse Projeto nº 4.188, de 2021, foi aprovado recentemente no Congresso Nacional e agora está no Senado. Esperamos que ele não seja aprovado no Senado ou que haja alteração para que ele volte para a Câmara Federal. Vejam bem, essa é a toada do governo federal e do governo estadual, aqui no governo Bolsodoría.

Pois bem, agora vamos entrar, Sras. e Srs. Deputados, no PL 277, de 2022. Eu dizia ao deputado líder do Governo, deputado Vinícius Camarinha, que, lendo a ementa do PL 277 - “dispõe sobre a criação de programa estadual de regularização de terras, nos casos em que especifica” -, lendo só a ementa, dá até vontade, senhoras e senhores, de dizer que é um baita de um projeto de lei.